

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

R\$ (1,00)

NOTA 01 - ATIVIDADES

A PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A, sociedade de economia mista, constituída nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.133/65, tem como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Santos, e suas atividades atuais abrangem:

- a) Executar serviços de limpeza no sistema de drenagem;
- b) Fiscalizar a operação das atividades relacionadas à limpeza pública;
- c) Produzir massa asfáltica;
- d) Executar serviços de Conservação de Vias Públicas;
- e) Executar serviços de limpeza de edificações de próprios municipais;
- f) Elaborar projetos de arquitetura e de engenharia;
- g) Organizar e administrar serviços na área da Tecnologia da Informação;
- h) Assistir a Administração Pública Municipal em áreas de seu interesse;
- i) Realizar quaisquer outras atividades compatíveis com as suas finalidades.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da PRODESAN - Progresso e Desenvolvimento de Santos S/A autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 15 de março de 2021. Tais demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

NOTA 03 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

b) Aplicações financeiras

Registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício.

c) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustado ao seu valor recuperável, quando aplicável, bem como pela provisão para perdas dos investimentos sem respectiva recuperação ou pelos rendimentos auferidos.

d) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear às taxas descritas na Nota explicativa nº 07.

O Imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. Alguns bens permanecem gravados por conta de execução fiscal, trabalhista e cível, conforme nota explicativa nº 12.

e) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização e perdas acumuladas de seu valor recuperável.

Esses ativos estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes.

Os ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar

eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis são ajustadas pelo seu valor presente.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que os recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável seja feita. Essa avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis. As revisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias variadas de causas processuais.

NOTA 04 – PARCELAMENTOS ESPECIAIS

4.1 – Parcelamento Lei 11.941/2009 de 27.05.2009

No exercício de 2020, foram adimplidos os pagamentos dos parcelamentos dos impostos Federais e contribuições previdenciárias.

Circulante	2020	2019
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)		
– débitos previdenciários	115.392	2.776.676
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)		
– demais débitos	68.725	1.649.440
Receita Federal do Brasil (RFB)		
- demais débitos	7.745	185.608

TOTAL	191.862	4.611.724
Não Circulante		
	2020	2019
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)		
– débitos previdenciários	10.238.377	10.238.377
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)		
– demais débitos	6.067.489	6.067.489
Receita Federal do Brasil (RFB)		
– demais débitos	681.811	681.811
TOTAL	16.987.677	16.987.677

NOTA 05 - VALORES A RECEBER

Os valores a receber são compostos por grupos de contas derivadas de suas atividades operacionais:

5.1 – Duplicatas a receber

Cliente	2020	2019
Prefeitura Municipal de Santos		
Serviços Conservação de Vias	368.259	288.958
Serviços Diversos (Limpeza, Engenharia e Arquitetura, Informática)	8.083.357	5.377.139
Terceiros		
Serviços Diversos	1.171.766	1.796.930
Total Geral	9.623.382	7.463.027

5.2 – Contas a Receber

	2020	2019
Circulante		
Outras Contas a Receber	6.810	10.830
Total no Circulante	6.810	10.830

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

6.1 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Valores a receber referentes a adiantamentos, valores em conta vinculada e depósitos judiciais, especificamente de ações judiciais provocadas por fornecedores de bens e serviços.

6.2 – IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

Os valores dos impostos recuperáveis, inclusive de impostos e contribuições retidos sobre os serviços prestados, valores estes atualizados e compensados mensalmente com impostos da mesma natureza ou no exercício seguinte com os demais tributos federais.

6.3 – OUTROS VALORES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em decorrência de alguns processos trabalhistas, a empresa possui em contas de depósitos judiciais valores em juízo.

Composição

6.1 – Outras Contas a Receber	2020	2019
Adiantamentos	189.826	136.206
Outros Créditos	208.008	438.073
6.2 - Retenções		
Retido na fonte – ano base 2020	687.959	-
Retido na fonte – ano base 2019	49.353	598.337
Total	1.135.146	1.172.616
Não Circulante		
6.3-Outros Valores/Depósitos Judiciais	806.303	909.282
Total	806.303	909.282

NOTA 07 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Item	% Taxas Depreciação Amortização	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
				2020	2019
Terrenos	-	73.441.679	-	73.441.679	73.441.679
Edificações/ Benfeitorias	4	22.460.025	6.139.073	16.320.952	17.219.353
Máquinas/ Equipamentos	10/20	2.959.605	2.572.098	387.507	436.979
Materiais/ Utensílios	10/20	762.961	623.330	139.631	144.077
Veículos	20	1.327.869	1.327.869	-	-
Instalações	10/20	111.621	93.026	18.595	12.101
Outros	10/20	198.723	86.335	112.388	113.948
Total		101.262.483	10.841.731	90.420.752	91.368.137
Intangível	10/20	488.245	440.849	47.396	89.132

NOTA 08 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As Obrigações Sociais e Previdenciárias estão compostas pelos seguintes grupos de contas:

Composição	2020	2019
INSTITUTO NACIONAL SEGURO-INSS		
Contribuições a vencer	346.899	741.706
FUNDO GARANTIA TEMPO SERVIÇO-FGTS		
	309.057	357.738
Outras Obrigações	5.610	16.560
Total	661.566	1.116.004
PARCELAMENTOS		
LEI 11.941- OBRIGAÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIARIAS		
Parcelamento 180 meses	115.392	2.776.676

Parcelamento Simplificado/Ordinário – Receita Federal do Brasil

Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 60 parcelas	1.924.984	1.924.984
Débitos Previdenciários 08 a 13/2018 – 60 parcelas	1.098.273	1.098.273
Débitos Previdenciários 05 e 06/2017 e 03 a 07/2018 - 60 parcelas	1.263.378	1.263.378

Parcelamento–Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Honorários Advocatícios – 60 parcelas	275.698	275.698
TOTAL	4.677.725	7.339.009
TOTAL GERAL	5.339.291	8.455.013

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Composição	2020	2019
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS		
Contribuições a Vencer	315.529	260.567
Contribuições Vencidas	15.247.110	9.966.358
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP		
Contribuições a Vencer	68.410	56.501
Contribuições Vencidas	2.607.361	1.477.139
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE		
Contribuições a Vencer	373.049	367.711
Contribuições Vencidas	-	5.837
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		
Contribuições a vencer	2.698	38.707
OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.496	18.730
Total	18.621.653	12.191.550
PARCELAMENTOS		
Lei 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS		
Parcelamento 180 meses	76.469	1.835.048
Total no Circulante	76.469	14.026.598

Não Circulante

Obrigações Tributárias

Lei 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS

Parcelamento 180 meses	6.749.299	6.749.299
TRIBUTOS DIFERIDOS	25.954.650	26.260.106
Total	32.703.949	33.009.405

Os débitos com os impostos, Cofins e Pasep estão sendo contestados na justiça, a Empresa através do escritório TREVISAN ADVOGADOS ajuizou Ação Declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, a ação tem como objeto a declaração de isenção dos impostos sobre os repasses da Prefeitura Municipal de Santos.

NOTA 10 – PARCELAMENTOS A LONGO PRAZO

10.1 - Composição	2020	2019
<u>OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIARIAS</u>		
<u>I.N.S.S./SALÁRIO EDUCAÇÃO</u>		
Parcelamento 240 meses	145.010.491	145.010.491
<u>LEI 11.941-OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS</u>		
Parcelamento 180 meses	10.238.377	10.238.377
Parcelamento Simplificado/Ordinário – Receita Federal do Brasil		
Débitos Previdenciários 08/2017 a 02/2018 – 60 parcelas	962.492	1.924.984
Débitos Previdenciários 08 a 13/2018 – 60 parcelas	777.943	1.327.079
Débitos Previdenciários 05 e 06/2017 e 03 a 07/2018 - 60 parcelas	1.000.174	1.631.863
Parcelamento–Procuradoria Geral da Fazenda Nacional		
Honorários Advocaticios – 60 parcelas	229.749	367.598
Total	158.219.226	160.500.392
<u>OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS</u>		
LEI 11.941/2009-DEMAIS DÉBITOS		
Parcelamento 180 meses	6.749.299	6.749.299
Total	6.749.299	6.749.299

OUTRAS OBRIGAÇÕES

Amortização Parcelamento-Prefeitura Municipal de Santos-PMS

Lei 11.941/2009 e Lei 10.522/2002	111.651.382	97.638.991
Fundo de Participação Municipal - FPM	15.133.894	15.133.894
Outras Amortizações-Parcelamento Convencional	4.473	4.473
Obrigações com Ações Judiciais	656.691	824.676
Tributos Diferidos	25.954.649	26.260.106
Total	153.401.089	139.862.140
TOTAL GERAL	318.369.614	307.111.831

10.2 – Parcelamentos

10.2.1 – INSS

O saldo de R\$ 145.010.491 no grupo de Obrigações Sociais e Previdenciárias está sendo amortizado pela Prefeitura Municipal de Santos que, com base na Lei Municipal nº 1835, de 27 de dezembro de 1999, contratou o refinanciamento da dívida mobiliária da PRODESAN junto ao INSS, com débito consolidado em 30 de novembro de 2001; a amortização é feita através de retenção da quota parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

10.2.2 – Parcelamento – Lei 11.941/09 e Lei 10.522/02

Autorizada pela Lei Municipal nº. 2.739, de 21 de dezembro de 2010, a Prefeitura Municipal de Santos garante o pagamento integral das parcelas dos acordos de parcelamento de débitos da PRODESAN junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Receita Federal do Brasil – RFB, ajustados nos termos das Leis Federais nºs. 11.941, de 27 de maio de 2009, e 10.522, de 19 de julho de 2002. Firmado com a Prefeitura o Termo de Compromisso nº 43/2011, processo nº 19379/2009-98, para reembolso dos valores pagos, em 240 parcelas, atualizadas pela variação anual do IPCA. O saldo devedor em 31/12/2020, incluída a variação anual do IPCA, é de R\$ 111.651.382.

10.2.3 – Atualização Monetária – débitos previdenciários

Os valores das dívidas previdenciárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

10.2.4 – Parcelamentos – Lei 11.941/09 Conforme nota explicativa nº 4.

10.2.5 – Atualização Monetária – débitos tributários

Os valores das dívidas tributárias estão sendo atualizados monetariamente, de acordo com a legislação em vigor.

NOTA 11 – CONTINGÊNCIAS

Processos Cíveis e Trabalhistas

Valores relativos a ações trabalhistas e cíveis são reconhecidos de acordo com a posição dos advogados da Empresa, e estão assim constituídas:

Composição	2020	2019
OBRIGAÇÕES AÇÕES JUDICIAIS		
Circulante	2.948.674	2.541.393
Não Circulante	556.136	690.787
Total	3.504.810	3.232.180
PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS		
Não Circulante	100.555	133.889
Total	100.555	133.889
Total Geral	3.605.365	3.366.069

As contingências mencionadas estão garantidas por bens do imobilizado.

NOTA 12 – ONUS E GRAVAMES DE BENS

Os bens do imobilizado estão, em sua maior parte, penhorados devido a diversos processos de natureza fiscal, trabalhista e cível cujas contingências estão mencionadas na nota explicativa nº 11.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PRINCIPAIS VARIAÇÕES NO RESULTADO

A situação Patrimonial da empresa no exercício de 2020 obteve uma pequena recuperação. A Administração conseguiu novos contratos junto a PMS aumentando as receitas operacionais, entretanto com o aumento dos juros dos parcelamentos, não foi possível reverter o resultado negativo apresentado nos exercícios anteriores.

13.1 – Despesas com Pessoal

As despesas com folha de pagamento e encargos sociais representaram no exercício, um dispêndio de R\$ 54 milhões.

13.2 – Capital de Giro

Os recursos financeiros advindos de suas atividades operacionais não possibilitaram a manutenção de um fluxo de caixa equilibrado, não houve aporte de recursos pela acionista majoritária.

13.3 – Despesas Financeiras Líquidas

Os encargos financeiros com multa, juros e atualização monetária são decorrentes principalmente da dívida com o parcelamento da Lei 11.941 e LEI 10.522 junto à PMS, no exercício atingiu o montante de R\$ 10,7 milhões, equivalente a 106,9% do prejuízo do exercício.

13.4 – Receitas Operacional Líquida / Custo dos Serviços / Produtos

Ocorreu um aumento de R\$ 8,5 milhões na receita operacional líquida equivalente a 15%, em comparação ao exercício anterior, oriundo de novos contratos firmados com a PMS nas áreas de Engenharia, Arquitetura e Conservação de Vias Asfaltadas. Os custos dos serviços/produtos aumentaram em R\$ 2,6 milhões equivalente a 5,4%, proporção menor ao crescimento da receita líquida operacional.

13.5 - Resultado do Exercício

No exercício de 2020, apurado o prejuízo de R\$ 9,9 milhões, menor que o apurado no exercício de 2019 de R\$ 12,8 milhões, menor em 28,5%, o resultado do exercício foi impactado principalmente pelos encargos financeiros no montante de R\$ 10,7 milhões conforme nota 13.3.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

O capital social está representado por 3.854.964.899 ações ordinárias nominativas de R\$ 0,01 cada. A Prefeitura Municipal de Santos detém 3.851.270.728 ações, correspondente a 99,9%, do capital total. A empresa, considerando o artigo 6º, da Lei 11.638 de 28/12/2007, optou por manter os saldos existentes nas reservas de Avaliação Patrimonial até a sua efetiva realização.

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

A empresa mantém cobertura de seguros, para os bens do imobilizado, em montante que considera suficiente face os riscos envolvidos. A composição das coberturas em 31.12.2020 está assim constituída:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Edifícios	24.887.500
Veículos – Danos Materiais e Terceiros	1.146.000
Veículos – Danos Pessoais e Terceiros	1.146.000
Veículos – Danos Morais	382.000
Total	27.561.500

ODAIR GONZALEZ
Diretor Presidente

GEONISIO PEREIRA DE AGUIAR
Diretor Administrativo-Financeiro

REGINA RODRIGUES DOS SANTOS
CRC 1SP 158.507/O-0